



## ANÁLISE DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO PIBID COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

Geânia Kelly Marques dos Santos <sup>1</sup>  
Cristina de Oliveira Maia <sup>2</sup>

### RESUMO

A educação no Brasil transcende os muros das escolas e suas salas de aula, perpassando por questões políticas, ideológicas, sociais e econômicas. Diante do dinamismo do cenário educacional, tornou-se crucial a reestruturação dos currículos de formação de professores. A elaboração de políticas públicas no campo da educação que priorizem os professores da educação básica e sua formação passou a ser uma necessidade. É importante compreender a relevância da interação entre escolas, profissionais da educação e licenciandos, ressignificando os espaços escolares e reconhecendo-os como ambiente de formação profissional inicial e continuada. Nesse sentido, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), enquanto política pública voltada para a educação, assume relevância pois, por meio dele, os licenciandos têm suas atividades teóricas complementadas pela possibilidade da experiência profissional prática antes da inserção no mercado de trabalho. Através da análise documental, metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, buscou-se esclarecer como as Instituições de Ensino Superior (IES) foram incorporadas ao programa, como se deu sua construção a partir de referenciais legais e editais e, por fim, apontar os rumos, progressos e retrocessos do PIBID ao longo do tempo. Identificamos as modificações incorporadas nos editais e suas portarias regulatórias em seus 18 anos de existência, evidenciando a ampliação até o ano de 2013 e o retrocesso no período pós golpe de Estado que interrompeu a publicação de novos editais até 2018. Os problemas encontrados até o Edital de 2022, somente começaram a ser superados no Edital de 2024, quando o novo governo já havia tomado posse e reestruturado novas ações na área de políticas públicas.

**Palavras-chave:** PIBID, políticas públicas, documentação CAPES, formação de professores.

### INTRODUÇÃO

A educação no Brasil é um assunto que ultrapassa os muros das escolas, perpassando por questões políticas, ideológicas, sociais e econômicas. Ao longo dos anos, entre avanços e retrocessos, persistem desafios que moldaram o cenário educacional atual, influenciando a qualidade e o acesso à educação.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, geania.marques@aluno.ufop.edu.br;

<sup>2</sup> Professora-orientadora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, crismaia@ufop.edu.br.



Após a promulgação da Constituição cidadã (Brasil, 1988), a obrigatoriedade de ensino, bem como sua oferta, especialmente no Ensino Fundamental, foi ampliada (Flach, 2023). Nos anos finais do século XX e início do século XXI, o Brasil encontra-se em um momento onde a reformulação dos currículos dos cursos de formação de professores para a educação básica fazia-se necessária, tanto para atender à maior demanda por esses profissionais, quanto para se alinhar às perspectivas mundiais para a educação (Gatti, 2022; Flach, 2023).

Demandado, o Conselho Nacional de Educação (CNE), propôs quatro resoluções que versavam sobre o assunto, as Resoluções CNE/CP 1/2002, 2/2015, 2/2019 e 4/2024, homologadas nestes mesmos anos pelo Ministério da Educação (MEC).

A CNP/CP nº 04/2024, em vigor a partir de 1 de julho de 2024, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Esta se aplica à formação de professores para a Educação Básica e respectivas modalidades de educação, de forma a garantir sua socialização profissional inicial e o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva nos processos de inovação educacional; articulados à valorização do magistério e às políticas de formação continuada (CNE, 2024).

Diante desse novo contexto, a proposição de estratégias eficazes no campo da educação que, de fato, coloque como centro da questão os professores da educação básica, bem como sua formação e daqueles que contribuem para esse processo formativo, passou a ser uma necessidade, já que novas demandas, especialmente sociais, culturais, econômicas e pedagógicas, são uma constante para estes profissionais (Farias; Rocha, 2012; Gatti, 2013; Medeiros; Pires, 2014). O incentivo à carreira do magistério e a formação inicial e continuada dos profissionais da educação envolve diversos aspectos, dentre eles a valorização da profissão, a oferta de salários adequados e a melhoria das condições de trabalho.

É importante compreender a relevância da interação entre profissionais da educação e licenciandos, ressignificando os espaços escolares e reconhecendo-os como ambiente de formação profissional inicial e continuada. É essencial preparar os professores para lidar com novas metodologias, tecnologias e abordagens pedagógicas, exercendo papel importante na construção da identidade profissional, no aprimoramento da práxis educacional e, consequentemente, na melhoria da qualidade da educação (Nóvoa, 2019).

Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) assume relevância pois, por meio dele, os licenciandos têm suas atividades acadêmicas



complementadas pela possibilidade da experiência profissional prática antes da inserção no mercado de trabalho (Melo; Lyra, 2020). O PIBID é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores, implementada no Brasil em 2007, visando incentivar e melhor formar inicial e continuadamente os estudantes de licenciatura plena de Instituições Federais de Ensino Superior, preparando-os para atuar na Educação Básica Pública, valorizando o magistério e melhorando a qualidade da educação (Falcão; Farias, 2017; Cornelio; Schneckenberg, 2020; Maciel, 2022).

O objetivo deste trabalho é investigar o papel histórico do PIBID dentre as Políticas Públicas Educacionais brasileiras para a formação inicial e continuada docente e incentivo à carreira do magistério, por meio da análise dos editais e portarias do programa, disponíveis na Plataforma Freire da CAPES.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Por políticas públicas podemos entender, apesar das divergências conceituais ainda existentes, aquelas em que um conjunto de decisões políticas, alocam valores públicos em favor da sociedade.

As políticas públicas são desenhadas, principalmente, com base em aspectos socioeconômicos, teórico-ideológicos e políticos, sendo estes determinantes para as proposições do Estado buscando o bem da sociedade. Dessa forma, pode-se inferir que o cenário econômico e político vigentes, em um dado momento histórico de um país, sustentam tais proposições. Estes fatores, articulados ou não, definem os rumos das políticas públicas implementadas nas diversas áreas sociais, incluindo as voltadas para a educação (Deitos, 2010).

Dentre as políticas públicas voltadas para a educação, reconhecidas como políticas de cunho social, as que tratam da formação inicial e continuada de professores, do incentivo à carreira docente, da redução da evasão dos cursos de licenciatura e da valorização do magistério, são particularmente importantes (De Farias; Rocha, 2012; Ambrosetti *et al.*, 2013; Cornelio; Schneckenberg, 2020; Gatti, 2022).

Há o consenso de que existem pilares determinantes para a formação dos profissionais da educação e estes se referem principalmente à sua preparação acadêmica, prática e profissional (Nóvoa, 1992). Neste sentido, compreendida como política pública voltada para a formação docente, o PIBID, vinculado à Diretoria de Educação Básica (DEB) da Capes, surge abraçando e promovendo a interação entre alunos, professores da educação básica,





licenciandos e professores das IES, criando um ambiente fértil e positivo para o surgimento de ideias, soluções e novas práticas educativas (Campelo; Da Cruz, 2021).

Em seu projeto inicial, o PIBID tinha como prioridade a concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciatura de Universidades Federais matriculados nos cursos de Física, Química, Biologia e Matemática, devido à carência de profissionais.

Por meio do PIBID, os licenciandos eram inseridos, ainda nos primeiros semestres da graduação, no cotidiano de escolas da educação básica da rede pública de ensino, para atuarem de forma orgânica, não apenas observacional, nas atividades propostas por seus coordenadores e supervisores. A cada novo edital e portaria publicados, se faz possível entender um pouco mais sobre o cenário político vigente, a importância dada às políticas públicas e os recursos destinados à educação no Brasil.

## METODOLOGIA

A Análise documental se relaciona com a abordagem qualitativa do material disponível, através da investigação de documentos (Alves *et al.*, 2021). É importante ressaltar que a escolha dos documentos não é aleatória; propósitos e hipóteses norteiam a seleção do material a ser utilizado (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009; Alves *et al.*, 2021).

A seleção documental para este trabalho se deu por meio da coleta de editais e portarias PIBID, disponíveis na Plataforma Freire. Buscou-se compreender os diversos aspectos envolvidos na proposição das políticas públicas brasileiras voltadas para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica.

As discussões acerca do programa se deram em três perspectivas distintas. (i) esclarecer como as Instituições de Ensino Superior (IES) foram sendo abraçadas pelo programa; (ii) explicitar as alterações no programa a partir da publicação de novas normativas; (iii) detalhar os rumos, progressos e retrocessos do PIBID em seus 18 anos de existência.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos, o PIBID manteve sua proposta de melhor formar inicial e continuamente os professores da educação básica e de valorizar a carreira do magistério. Um dos aspectos mais relevantes do PIBID se refere à integração que promove entre todos os agentes educacionais. A interação entre escolas e universidades resulta em ambiente propício a troca de experiências, surgimento de ideias e como um espaço de formação para os licenciandos, bem como de reflexão para seus co-formadores. Nesse sentido, a progressão do





público a quem se destina o PIBID, através da ampliação de IES participantes como mostra o Quadro 1, é de extrema relevância para a formação inicial dos futuros professores.

#### **Quadro 1** Editais do PIBID e progressão do público a quem se destina

EDITAIS	A QUEM SE DESTINA
Edital nº 01/2007	Instituições Federais de Ensino Superior
Edital nº 02/2009	Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), federais e estaduais
Edital nº 18/2010	Instituições públicas municipais e comunitárias confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos
Edital conjunto nº 2/2010 CAPES/SECAD	Instituições que trabalham nos programas de formação de professores Prolind e Procampo
Edital nº 1/2011	Instituições públicas de Ensino Superior
Edital nº 11/2012	Instituições de Ensino públicas, filantrópicas, confessionais ou comunitárias
Edital nº 61/2013	Instituições públicas, comunitárias e privadas do ProUni
Edital nº 66/2013	IES públicas e privadas sem fins lucrativos que deverão desenvolver atividades em escolas indígenas e do campo - incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas - da rede pública de ensino
Edital nº 7/ 2018	Instituições de Ensino Superior pública e privada sem fins lucrativos
Edital nº 2/2020	Instituições de Ensino Superior públicas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos do ProUni
Edital nº 23/ 2022	Instituições de Ensino Superior públicas, privadas e comunitárias
Edital nº 10/2024	Instituições de Ensino Superior

Fonte: Adaptado de Falcão e Farias (2017, p.165)

Ao estreitar as relações entre teoria e prática, o PIBID abre espaço para novas possibilidades de formação docente, viabilizando um cenário em que a formação e o exercício da docência estejam melhor articulados ao processo de ensino e aprendizagem e, sobretudo, traz luz e reflexão a uma visão ainda arraigada nas universidades de que estes campos só poderiam ser compreendidos e trabalhados de forma separada (Ambrosetti *et al.*, 2013).

O PIBID foi sendo construído e reconstruído ao longo dos anos, a partir da publicação de referenciais legais que nortearam seus rumos. A compreensão do propósito desses documentos (Quadro 2) pode resultar em inovações importantes para o exercício da docência, implicando de forma positiva nas estratégias empregadas para a formação inicial dos professores.

#### **Quadro 2** Legislação sobre o PIBID (data e assunto)





REFERENCIAS LEGAIS	DATA	ASSUNTO
Portaria Normativa nº 38	12/12/2007	Institui o PIBID, no âmbito do MEC, da CAPES e do FNDE
Portaria nº 122	16/09/2009	Institui, no âmbito da CAPES, o PIBID
Portaria nº 72	09/04/2010	Dá nova redação à Portaria que dispõe sobre o PIBID
Decreto nº 7.219	24/06/2010	Lei que dispõe sobre o PIBID e dá outras providências
Portaria nº 64	15/05/2012	Designa comissão de análise e julgamento de propostas para o Edital Pibid 11/2012
Portaria nº 96	18/07/2013	Regulamenta o PIBID
Portaria nº 158	10/08/2017	Dispõe sobre a participação das IES nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica
Portaria nº 219	27/09/2018	Institui e regulamenta o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura)
Portaria nº 259	17/12/2019	Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Portaria nº 83	27/04/2022	Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
Portaria nº 90	25/03/2024	Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)
Portaria nº 157	28/05/2024	Altera o inciso I do Art. 52 da Portaria nº 90 de 25/03/2024

Fonte: Adaptado de Falcão e Farias (2017, p. 165)

Observando os Quadros 1 e 2, percebemos que houve maior publicação de referenciais legais sobre o PIBID, no período que compreende os anos de 2007 a 2013, pretendendo com isso, possivelmente, dar corpo ao programa. A partir de 2014, há um espaçamento entre essas publicações, provavelmente devido ao cenário político nacional.

Em 2013 teve início um grande golpe contra o governo eleito acarretando na desconstrução de toda a estrutura de governo e na desestruturação de praticamente todas as políticas públicas (Oliveira, 2017; Batista; Felix; Bueno, 2022).

A ascensão da política neoliberal, nacionalista e autoritária, colocou à margem as pautas sociais, inclusive as relativas à educação. Conforme podemos perceber nas Quadros 1 e 2, as normativas passaram a possibilitar a transferência de verbas públicas para o setor privado. Como consequência, manteve-se o crescimento do número de IES privadas com e sem fins lucrativos e utilização do PIBID para o estreitamento das relações público-privadas, em detrimento de sua utilização para a expansão das IES públicas, cada vez mais desassistidas (Santos; Alves, 2023).

Por fim, verificamos as alterações nos editais, desde o primeiro, publicado no ano de 2007, até o mais recente, de 2024. Com o auxílio do Relatório de Gestão do PIBID 2009 - 2013 (2013) e do Estudo Avaliativo do PIBID - FCC/CAPES/OEI (2014), ambos disponíveis para consulta na Plataforma Freire e da literatura apresentada ao longo deste trabalho, podemos compreender o impacto do PIBID na formação inicial e continuada dos professores e o seu potencial com relação à melhoria da qualidade da educação no Brasil.





É interessante notar que, por consequência, o PIBID também contribui para a formação continuada dos professores das escolas da rede pública e dos professores das instituições de ensino superior, em um sistema de formação recíproco e de crescimento contínuo, que amplia as possibilidades de ensino, pesquisa e extensão, estreitando as relações destas três esferas, em teoria, distantes, na prática, complementares e dependentes. A nova cultura educacional, construída a partir do PIBID, alia teoria e prática, escolas e instituições formadoras de professores, licenciandos e licenciados, enriquecendo o processo formativo da docência em toda sua amplitude (Da Silva, Rios; 2018).

Segundo dados do Estudo Avaliativo do PIBID de 2014, nos anos de 2007 e 2009, cerca de 6.000 bolsistas de 43 Instituições Federais de Ensino Superior, das áreas de Biologia, Física, Matemática e Química foram contemplados. Os editais nº 01/2007 e nº 02/2009, mantiveram o PIBID, bem como os recursos destinados a ele, dentro da esfera do ensino superior público.

O Edital nº 2/2010, trouxe a parceria entre CAPES e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), estendendo o alcance do PIBID às Instituições que trabalham a formação de professores do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) e Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo).

A partir de então, a cada edital e referencial legal publicado, o programa amparou mais cursos de licenciatura, bem como incorporou as IES Públicas Estaduais, Municipais e Comunitárias, chegando a 49.321 bolsas, distribuídas entre alunos de licenciatura, Coordenadores de Área e Supervisores, no ano de 2012. O edital nº 66/2013 (PIBID/Diversidade), ratifica que as atividades do PIBID devem atender escolas indígenas e do campo, passando a incluir também escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas da rede pública de ensino. No edital nº 61/2013, tivemos a incorporação de instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos, porém com bolsas apenas para os estudantes vinculados ao ProUni, sem repasse da verba de custeio para estas instituições e com a condição de contrapartida financeira para este grupo de estudantes. Já em 2014, o número de bolsistas beneficiados saltou para 90.254, distribuídos em 855 campi de Instituições de Ensino públicas e privadas (Capes, 2014; Da Silva, Rios; 2018).

A CAPES assumiu o papel de formar com excelência os estudantes de graduação das IES. A análise dos editais e referenciais legais, até o ano de 2014, evidencia que o PIBID se fortaleceu enquanto política pública educacional. A publicação de novos documentos, serviu para complementar as diretrizes daqueles que o precederam, dando corpo e garantindo a



expansão do programa, contribuindo para fortalecer a relação entre universidades e escolas da rede pública de ensino. No trabalho publicado por Campelo e Da Cruz (2021, p. 16), temos:

Entre 2007 e 2013, é possível perceber um alinhamento na conjuntura política com posturas mais progressistas. No momento da criação do PIBID e durante toda a sua primeira fase, o Brasil estava sob um governo considerado de “esquerda”, uma mudança recente levando-se em conta os 13 anos anteriores e os mais de 20 anos da ditadura civil militar que os precederam. Acreditamos que esse alinhamento pode explicar o modelo de gestão, o sentido de docência e as concepções de escola, professor e aluno que este sentido carrega. Se isso foi positivo para a primeira fase do PIBID, possibilitando inclusive sua criação, quando essa aproximação com princípios progressistas começa a se desmanchar, a situação do programa começa a mudar junto porque ele já não representa o projeto de formação docente que passa a interessar.

Durante os anos de 2014 a 2017, o PIBID continuou regido pelo edital nº 61/2013. No entanto, as tensões políticas advindas do processo que culminou no Golpe de 2016, acabaram por estremecer seus pilares. O PIBID passou por ameaças de extinção, cortes orçamentários e diversas alterações em seu escopo, gerando insegurança quanto à qualidade da formação dos futuros professores (Cornelio; Schneckenberg, 2020).

O edital nº 61/2013 estabeleceu, além das bolsas, recursos de custeio para apoiar as atividades dos bolsistas, que deveriam ser concluídas em 48 meses (4 anos), com a possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, a critério da Capes. Ou seja, os projetos poderiam durar, com prorrogação, até 2022. Porém, não apenas esta proposição deixou de ocorrer, como foi lançado um novo edital, nº 7/2018, com nova configuração para o PIBID (Cornelio; Schneckenberg, 2020).

Entre os anos de 2016 e 2017, já no governo golpista, surgiu o movimento “Fica PIBID”, em decorrência da ameaça de seu desmonte e extinção (Da Silva; Rios, 2018; Campelo; Da Cruz, 2019; Campelo, 2023). O programa, colocado à margem pelos responsáveis pela proposição e implementação de políticas públicas voltadas para educação à época, sequer foi mencionado na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, intitulada BNC-Formação (Brasil, 2020). O “Fica PIBID” ganhou proporções nacionais, dada a relevância que o programa já tinha assumido para a formação inicial dos professores, gerando discussões sobre o tema (Da Silva; Rios, 2018; Campelo; Da Cruz, 2019; Campelo, 2023).

A pressão popular gerada pelo movimento “Fica PIBID”, foi fundamental para a publicação do edital nº 7/2018 (Da Silva; Rios, 2018; Campelo; Da Cruz, 2019; Campelo, 2023). Configurando o processo de transformação pelo qual o programa passaria, trouxe pontos importantes em relação aos editais anteriores, estabelecendo em seu texto que somente os alunos na primeira metade dos cursos de Licenciatura, correspondendo a até no máximo



60% da carga horária curricular total, poderiam ser selecionados pelo PIBID. Outra novidade foi a determinação de permanência dos licenciandos no programa, estabelecendo a oferta de bolsas, por no máximo 18 meses para cada estudante. Além disso, as IES deveriam incentivar a participação no programa sem a necessidade de bolsa, indo de encontro ao próprio nome do programa: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Campelo; Da Cruz, 2019).

Outro ponto importante do edital nº 7/2018, foi o aumento da proporção de licenciandos por supervisor que passou de 6 para 8 bolsistas. Ainda, contrariando o disposto nos editais anteriores, o PIBID deixou de oferecer a verba de custeio (Campelo; Da Cruz, 2019).

O quadro 3 traça uma linha do tempo do PIBID com alguns eventos significativos para o funcionamento do programa, entre os anos 2014 e 2018:





**Quadro 3 Linha do tempo do PIBID, de 2014 a 2018**

2014	- A crise econômica enfrentada pelo país começa a afetar o PIBID
2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudanças de ministros da educação e de presidentes da CAPES afetam a visão e a execução do PIBID</li> <li>- Cortes nas bolsas do programa</li> <li>- Circulam “fake news”<sup>7</sup> que questionam a qualidade do PIBID</li> <li>- Início do movimento “Fica PIBID” liderado pelo FORPIBID</li> </ul>
2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tentativa de derrubar a Portaria 96/2013 com a Portaria 46/2016 que afeta a estrutura do programa</li> <li>- Cortes nas bolsas</li> <li>- Circulação de boatos acerca do fim do programa</li> </ul>
2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cortes nas bolsas</li> <li>- Anuncia-se que o PIBID entraria em “hiato” até sua reformulação</li> </ul>
2018	- Lançamento do edital nº 7/2018 que altera consideravelmente o PIBID

Fonte: Campelo; Da Cruz (2021, p.17)

O edital nº 2/2020 disponibiliza em seu texto a distribuição de até 30.096 cotas de iniciação à docência. Além disso, o edital destaca que as escolas participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares-PECIM deveriam ser priorizadas como escola-campo para implementação do programa.

Importante ressaltar que durante a vigência do edital nº 2/2022, o mundo enfrentava a pandemia de COVID-19. No contexto escolar, este foi um período de transformação e incertezas, tanto para os alunos, quanto para os professores. Escolas e profissionais da educação precisaram se reinventar, criando estratégias que mitigassem os impactos causados pelo ensino remoto emergencial (ERE), uma vez que as escolas precisaram ser fechadas e as aulas presenciais, suspensas. Ainda não há tempo hábil para avaliar profundamente os impactos deste período pandêmico, contudo, percebe-se como fundamental a necessidade da formação continuada dos professores frente às novas práticas escolares que ainda podem surgir.

No ano de 2022, foram publicadas duas chamadas do edital de nº 23/2022. A primeira delas, disponibilizou 30.840 cotas de iniciação à docência; incentivou a participação de licenciandos sem bolsa, mas estabeleceu a prioridade destes na eventual substituição de participantes com bolsa e retirou de seu texto a preferência de realização dos projetos em Escolas Cívico-Militares-PECIM. A segunda chamada do edital 23/2022, acresceu as cotas de iniciação à docência em até 25.656, visando atender os projetos institucionais aprovados pela Capes que ainda não haviam sido implementados.

O edital vigente atualmente, de nº 10/2024, disponibilizou 80.040 cotas de bolsas de iniciação à docência (número bastante expressivo quando comparado ao ano de 2022) e trouxe em seu texto, pela primeira vez, a destinação de cotas para o PIBID Equidade (5.016





cotas), que compreende a Educação do Campo, Educação Bilíngue de Surdos, Educação Especial Inclusiva, Educação Indígena e Educação Quilombola, e para os subprojetos da área de Alfabetização (10.088 cotas).

Outro ponto relevante, refere-se à necessidade de informação no sistema de inscrição dos subprojetos conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação do Brasil (Cine Brasil), mantida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), valorizando os processos institucionalizados das políticas públicas e normalizando as ações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho evidenciou que o PIBID oferece um modelo de formação que alia teoria e prática de maneira consistente, fortalecendo a articulação entre universidades e escolas da rede pública da educação básica. A imersão dos licenciandos em ambientes escolares permite uma aproximação direta com os desafios e as complexidades do ensino no Brasil. Ao promover esse espaço de interlocução, o programa enriquece tanto a formação dos futuros professores, quanto a prática docente nas escolas participantes, criando um ambiente fértil em ideias e propício para a co-formação de todos os envolvidos. Esse intercâmbio de saberes possibilita uma troca de experiências valiosa, beneficiando não apenas os bolsistas, mas também os professores coordenadores e supervisores e a comunidade escolar como um todo.

Como amplamente discutido, o PIBID foi reestruturado ao longo dos anos. Referente ao edital de 2024, os princípios e objetivos norteadores do programa se ampliaram e fortaleceram após a retomada democrática.

Desse modo, fica evidente que o fortalecimento da formação inicial de professores deve ser visto como uma prioridade no planejamento de políticas públicas educacionais. Uma vez que o PIBID ocupa papel estratégico na qualificação dos futuros docentes, torna-se imperativo sua manutenção e ampliação com a regulamentação pelo PL 7.552/2014, que transforma o PIBID em política de Estado. A busca pela qualidade na educação passa, invariavelmente, pela valorização dos professores, sendo fundamental que o Estado assegure condições adequadas de formação inicial, trabalho e contínuo desenvolvimento profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao CNPq





X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID





## REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

AMBROSETTI, Neusa Banhara et al. Contribuições do Pibid para a formação inicial de professores. **Educação em perspectiva**, v. 4, n. 1, 2013.

BATISTA, Neusa Chaves; FELIX, Lúcia Fernanda Ramires; BUENO, Rita de Cássia Soares de Souza. Resistência estudantil em escolas e universidades públicas brasileiras frente a uma agenda conservadora para as políticas educacionais. **Open science research** [recurso eletrônico]. Guarujá, SP: Científica Digital, 2022. p.[1608]-1625, 2022.

BRASIL **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui DCN para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: MEC/CNE, 2002.

BRASIL **Resolução CNE/CP nº 2**, de 1º julho de 2015. Define as DCN para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

BRASIL **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Define as DCN para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019.

BRASIL **Resolução CNE/ CP nº 4**, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as DCN para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília, DF, 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. MEC. CAPES. **Relatório de Gestão – PIBID**. Brasília: Capes, Diretoria de Formação de Professores. 2013.

BRASIL. MEC. CAPES. **Estudo Avaliativo do PIBID** - FCC/CAPES/OEI. 2014.

CAMPELO, Talita da Silva. O PIBID entre 2007 e 2018: A formação de professores como terreno de disputa. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 14, n. 40, p. 284-303, 2023.

CAMPELO, Talita da Silva.; DA CRUZ, G. B. O EDITAL CAPES No 07/2018 E A RECONFIGURAÇÃO DO PIBID: SENTIDOS DE DOCÊNCIA EM DISPUTA. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 33, p. 69-90, 2019.

CAMPELO, Talita da Silva; DA CRUZ, Giseli Barreto. O PIBID e as disputas por sentidos de docência e formação de professores: A trajetória do programa entre 2007 e 2018. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, n. August-December, 2021.

CORNELO, Camila Santos; SCHNECKENBERG, Marisa. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência–PIBID: trajetória e desdobramentos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, 2020.

DA SILVA, Fabrício Oliveira; RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Aprendizagem experiencial da iniciação à docência no PIBID. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 13, n. 1, p. 202-218, 2018.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum. Education**, v. 32, n. 02, p. 209-218, 2010.

DE FARIAS, Isabel Maria Sabino; ROCHA, Cláudio César Torquato. PIBID: uma política de formação docente inovadora?. **Revista Cocar**, v. 6, n. 11, p. 41-50, 2012.

FALCÃO, Giovana Maria Belém; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Formação de professores e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID): apontamentos sobre avanços e contradições de um programa. **Série-Estudos**, v. 22, n. 44, p. 161-179, 2017.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; SILVA, Silvina Pimentel; CARDOSO, Nilson de Souza. Inserção profissional na docência: experiência de egressos do PIBID. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e225968, 2021.

FLACH, Simone de Fátima. O Debate Em Torno Da Qualidade Da Educação: Interesses Em Disputa. **Cadernos CEDES**, v. 43, p. 9-18, 2023.

GATTI, B. A.. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, n. 50, p. 51–67, out. 2013.

GATTI, B. A. Duas décadas do século XXI: e a formação de professores?. Revista Internacional de Formação de Professores, **Itapetininga**, v. 7, p. e022009, 2022.

MACIEL, Caroline Correia et al. Crise Econômica e a Potencialização Liberalizante no Interior do PIBID. **Educação & Realidade**, v. 47, 2022.

MEDEIROS, Josiane Lopes; PIRES, Luciene Lima de Assis. O Pibid No Bojo Das Políticas Educacionais De Formação De Professores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 37–51, 2014.

MELO, Natali; LYRA, Keila Alves P. A importância do PIBID e do PIBIC: uma reflexão sobre programas de formação docente. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 22, n. 1, p. 133-139, 2020.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. 1992.

NÓVOA, A.. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, p. e84910, 2019.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. O GOLPE DE 2016: Breve Ensaio De História Imediata Sobre Democracia E Autoritarismo. **Historiæ**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 191–232, 2017.

SANTOS, João Manoel Nascimento dos; ALVES, Grace Bungenstab. Pibid: novo formato, velhas ideias. **Revista Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, p. 16, 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.